vinetur

Hesse diz que vai opor-se aos aumentos de impostos previstos na Alemanha sobre o vinho espumante, o açúcar e o tabaco.

A resistência ameaça complicar a tentativa de Berlim de associar um corte de €2,5 mil milhões no imposto sobre os combustíveis a um aumento dos tributos sobre os consumidores.

quinta-feira, 24 de setembro de 2026



Está a crescer a resistência no Bundesrat alemão aos aumentos de impostos planeados pelo governo federal, com o estado de Hesse a afirmar na quinta-feira que vai opor-se a taxas mais elevadas que afetariam produtos como vinho espumante, açúcar e tabaco.

A disputa surge num momento em que a coligação conservadora-social-democrata da Alemanha tenta conjugar alívio para os consumidores numa área com novas receitas noutra. A tensão política imediata prende-se com o calendário e a mensagem: os governos regionais estão a ser chamados a ajudar a financiar um corte nos impostos sobre os combustíveis destinado a aliviar a pressão sobre os condutores, enquanto Berlim prepara também impostos mais altos sobre determinados bens de consumo.

“Na situação atual, qualquer tipo de aumento de impostos deve ser rejeitado, seja sobre o vinho espumante, o açúcar ou o tabaco”, disse em Berlim Manfred Pentz, ministro de Hesse para os Assuntos Federais e membro da União Democrata-Cristã, segundo a Reuters. O responsável argumentou que o governo não pode baixar os custos para os consumidores nas estações de serviço e depois recuperar esse dinheiro no supermercado.

Pentz disse que Hesse tornaria essa posição clara no Bundesrat, caso sejam apresentados os correspondentes projetos que onerem os consumidores. As suas declarações apontam para uma inquietação mais ampla entre os governos regionais quanto aos planos fiscais da coligação, embora nem todas as medidas enfrentem os mesmos obstáculos legislativos.

Parte do enquadramento é uma redução temporária do imposto sobre a energia, concebida para baixar os preços dos combustíveis. Os estados alemães deverão aprovar essa medida na sexta-feira e suportar metade do custo, que ascende a €2,5 mil milhões ao longo de três meses. Ao mesmo tempo, o governo federal está a planear aumentos nos impostos sobre o tabaco e o açúcar para ajudar a financiar medidas no sistema estatutário de seguro de saúde.

O debate sobre o vinho espumante tem merecido atenção especial devido ao papel dos estados produtores de vinho e porque a medida tem um percurso mais estreito no parlamento. Segundo a Reuters, o Bundesrat não pode bloquear na sexta-feira o

aumento previsto do imposto sobre o vinho espumante porque a medida é classificada, ao abrigo da lei alemã, como um projeto sujeito a objeção. Isso significa que a câmara que representa os estados pode atrasá-lo, mas não pode impor sozinha uma suspensão definitiva.

Hesse está a coordenar-se com outros estados produtores de vinho, incluindo Baden-Württemberg, Baviera e Renânia-Palatinado, que se opõem ao aumento e estão a agir em conjunto tendo em conta os seus viticultores. Esses estados albergam grande parte da indústria vinícola alemã, e os governos regionais têm um interesse político direto em proteger os produtores de custos mais elevados, que poderiam enfraquecer as vendas ou acrescentar pressão sobre margens já apertadas.

Isso importa para lá da política. Um aumento de impostos sobre o vinho espumante pode repercutir-se nos preços de retalho, nos orçamentos promocionais e nas margens dos produtores, sobretudo para adegas e empresas de bebidas que vendem em segmentos sensíveis ao preço. Se a medida avançar, poderá afetar a forma como o vinho espumante alemão é posicionado em relação a outras bebidas alcoólicas e a alternativas importadas. Mesmo que o Bundesrat apenas abrande o plano, a incerteza pode ainda assim complicar o planeamento de produtores de vinho, grossistas e retalhistas para os futuros períodos de vendas.

A oposição que está a emergir mostra também quão frágil pode tornar-se o apoio quando a política fiscal toca em compras do dia a dia. O argumento de Pentz ligou a questão diretamente aos orçamentos das famílias, e não apenas ao setor do vinho. A sua crítica colocou o vinho espumante, o açúcar e o tabaco no mesmo enquadramento político: produtos que podem ser mais fortemente tributados precisamente quando o governo tenta mostrar que está a aliviar o custo de vida noutros domínios.

Para o governo federal, a justificação para impostos mais altos sobre o tabaco e o açúcar está ligada ao financiamento da política de saúde. Berlim quer mais dinheiro para medidas no sistema público de seguro de saúde, e os impostos especiais seletivos oferecem uma forma politicamente familiar de aumentar as receitas. Mas os líderes regionais estão a assinalar que, mesmo quando o governo federal tem a vantagem legal, poderá continuar a enfrentar resistência quanto às consequências económicas e

políticas.

O Bundestag e o Bundesrat dividem frequentemente poderes de forma diferente consoante o tipo de legislação. Neste caso, essa distinção é central. Como a medida relativa ao imposto sobre o vinho espumante se enquadra na categoria que permite apenas uma objeção, a margem de manobra dos estados é limitada. Ainda assim, o atraso pode ter importância. Pode forçar mais debate, elevar o custo político para o governo e dar aos setores afetados mais tempo para fazer pressão contra o aumento.

O conflito também expõe tensões na abordagem orçamental mais ampla que está a ser seguida por Berlim. Por um lado, a coligação apoia um corte fiscal sobre os combustíveis e pede aos estados que absorvam parte do custo. Por outro, procura novas receitas através de impostos mais altos sobre produtos que são fáceis de visar e politicamente defensáveis por razões de saúde. Responsáveis regionais como Pentz estão a questionar se essas duas mensagens podem ser vendidas em conjunto aos eleitores.

A Reuters noticiou que Hesse está a assumir a liderança na organização da oposição entre os estados produtores de vinho. Essa coordenação sugere que a resistência não se limita a uma queixa regional, mas está a transformar-se num esforço coletivo por parte de estados com interesse direto na produção de vinho e de vinho espumante do país.

A sessão de sexta-feira do Bundesrat deverá testar até onde essa resistência pode ir. No que toca ao corte no imposto sobre os combustíveis, os estados deverão decidir sobre uma medida que repartiria por três meses um encargo de €2,5 mil milhões. Quanto ao imposto sobre o vinho espumante, os opositores podem não ter os votos nem as ferramentas legais para travar o plano de forma definitiva, mas ainda assim podem usar a câmara para fazer valer o seu argumento contra uma política que, dizem, aumentaria os custos para os consumidores e atingiria uma parte sensível da indústria das bebidas na Alemanha.